

Pauta de votações deve ser intensa a partir desta semana

Previsão é do vice-presidente do Senado, Jorge Viana, que disse que os senadores vão reforçar a análise de projetos para manter a alta produtividade da Casa, mesmo em ano com calendário reduzido pela Copa do Mundo e pela campanha eleitoral

Entre as propostas prontas para análise pelo Plenário, estão novas regras para criação e extinção de órgãos públicos e requerimentos para acelerar tramitação de projetos que tratam de mudanças na Lei de Licitações, de limites para a publicidade infantojuvenil e de alterações no Código de Defesa do

Consumidor. Os presidentes das comissões permanentes devem completar essa lista com a relação de outras propostas que já podem ser encaminhadas ao Plenário. Nesta semana, os partidos também podem indicar seus representantes para integrar a CPI do Transporte Público, requerida pelo senador Roberto Requião. **2**

especial
Cidadania



João de Araújo/Agência Senado

Ao lado do menino Pedro e sua mãe, Rollemberg e Suplicy assistem a seminário

Pacientes de doenças raras reivindicam mais cuidado

Os 13 milhões de brasileiros com doenças raras têm agora uma política nacional de atenção integral, que foi discutida em

seminário no Congresso na mesma semana em que uma exposição fotográfica mostrou histórias de superação. **4 e 5**

Federalização da educação pode ser tema de plebiscito **3**

Ana Amélia quer correção da tabela do IR pela inflação **7**

Discussão sobre obras da Copa será interativa **3**

Audiência examina risco de apagão no país **8**

Encontro com ministro debate transposição do São Francisco **8**

Projeto da Câmara pode tirar direitos de caminhoneiros

Em audiência na Comissão de Direitos Humanos, representantes dos profissionais, do Ministério Público e da Justiça do Trabalho alertam para mudanças que a proposta traria à Lei 12.619/2012, que

regulamentou a atividade. Cobram ainda do governo federal o cumprimento integral da legislação e criticam ruralistas e motoristas autônomos por questionarem os direitos assegurados pela lei. **6**

Luiz de Paula/Agência Senado



Senador Paim (4º à esq.) coordena debate na Comissão de Direitos Humanos



Luiz de Paula/Agência Senado

Manifestantes em frente ao Congresso têm a sombra projetada na bandeira do Brasil, em imagem marcante de 2013

Exposição mostra dia a dia do Senado

Será inaugurada hoje a exposição *100 Fotos de 2013 — o dia a dia do Senado Federal*. A mostra

reúne trabalhos produzidos pelos fotógrafos da Secretaria de Comunicação Social da Casa. As imagens

abrangem os principais temas discutidos durante o ano e ações institucionais do Senado. **2**

Cursos gratuitos ILB:

Uma nova oportunidade para você ampliar seus conhecimentos

O Senado Federal, por meio do Instituto Legislativo Brasileiro, oferece a você vários cursos gratuitos a distância. Em 2014 serão 46 opções, 19 delas com tutoria.

Matrículas a partir de 18 de fevereiro
www.senado.leg.br/ead



Secom | Criação e Marketing

Votações intensificadas a partir desta semana

Vice-presidente do Senado, Jorge Viana, disse que as deliberações no Plenário serão retomadas nesta semana para evitar a queda de produtividade em ano de calendário reduzido pela Copa e pelas eleições

O VICE-PRESIDENTE DO Senado, Jorge Viana, afirmou que as votações no Plenário serão retomadas nesta semana para compensar o calendário reduzido pela Copa e pelas eleições. Na pauta, estão a proposta que define regras para criar e extinguir órgãos públicos e requerimentos para acelerar a tramitação de projetos que tratam de mudanças na Lei de Licitações, de limites para a publicidade infantojuvenil e de alterações no Código de Defesa do Consumidor.

— O Senado está procurando fazer um calendário de forma a aproveitar o tempo para que não tenhamos uma queda na produtividade — disse Viana.

Alvaro Dias (PSDB-PR) acusou o governo de segurar as votações do Plenário para impedir a aprovação de projetos populares que podem aumentar os gastos públicos.

— Há projetos. Embora o Poder Executivo limite muito a possibilidade de o Congresso votar, uma vez que ele coman-



Renan (ao centro da mesa) preside sessão do Plenário: tempo a ser aproveitado

da a agenda do Legislativo e a bloqueia — disse o senador.

A PEC 34/2013, que vai obrigar o presidente da República a submeter ao Congresso a decisão de criar ou extinguir ministérios ou autarquias, é o primeiro item da pauta. O próprio autor, José Agripino (DEM-RN), porém, só pretende colocar a proposição em votação quando houver quórum. Por se tratar de proposta de emenda à Constituição, é preciso, para a aprovação, votos de três quintos dos se-

nadores, ou 49 dos 81 votos.

— Numa sessão em que tiver o quórum de 70 senadores, essa matéria entrará em apreciação — disse.

Já os presidentes das comissões devem apresentar nos próximos dias a lista de projetos que já podem ser votados no Plenário. E, segundo o vice-líder do governo, Gim (PTB-DF), os partidos devem indicar, nesta semana, senadores para integrar a CPI do Transporte Público, requerida por Roberto Requião (PMDB-PR).

Diretor-geral recebe 30 novos servidores empossados ontem

O diretor-geral do Senado, Helder Rebouças, recebeu os 30 novos servidores da Casa empossados ontem. Ele falou sobre a descentralização da administração e sobre a responsabilidade dos gestores. Citou como exemplo as delegações de competência e a exigência de parecer conclusivo para os processos que chegam à Diretoria-Geral.

— A contribuição técnica de vocês vai ser muito importante — frisou.

O diretor de Recursos

Humanos, Renato Brown, afirmou que o Senado está em um período de transição, uma vez que muitos servidores estão se aposentando.

Pela manhã, os 30 servidores efetivos nomeados em fevereiro tomaram posse coletiva no Auditório Antonio Carlos Magalhães, no Interlegis. Participaram a secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, a diretora-geral-adjunta, Ilana Trombka, e outros diretores. Outras três solenidades de posse acontecem este mês.



Empossados atuarão em áreas como consultoria, informática e administração

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Administração federal

14h Na pauta, proposta de emenda à Constituição que exige lei complementar para projetos que ampliem a estrutura da administração pública federal.

PRESIDÊNCIA Ministra Ideli

11h O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebe a ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Ideli Salvatti. Às 16h, preside a ordem do dia da sessão plenária.

CMA Senha de atendimento

8h30 Na pauta, projeto que veda a retenção de senha ou documento comprobatório do horário de chegada do consumidor ao estabelecimento do fornecedor ou local de atendimento. Objetivo é permitir a comprovação do mau atendimento.

CCT Identificação de chamadas

9h A comissão analisa projeto que determina que as companhias telefônicas identifiquem a prestadora de destino das chamadas realizadas pelo usuário. Serão analisados ainda projetos que autorizam o serviço de radiodifusão.

CE Copa do Mundo

10h Audiência pública interativa debate a situação das obras da Copa do Mundo e o legado do evento.

CAE Autorização para empréstimo

10h Pedido de autorização para operação de crédito externo, entre o Paraná e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, no valor de US\$ 8,5 milhões.

EXPOSIÇÃO Abertura

11h Solenidade de abertura da exposição 100 Fotos de 2013, com fotos produzidas pela Agência Senado, no hall de acesso à Ala Tancredo Neves.

CMO Contas do governo

14h30 Entre outros assuntos, exame da prestação de contas dos dois primeiros anos da gestão da presidente Dilma Rousseff (2011 e 2012), no Plenário 2 do Anexo 2 da Câmara.

CRA Embrapa

17h A comissão fará uma visita à Embrapa para assistir à apresentação do Sistema de Inteligência Estratégica da empresa (Agropensa).

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 8h30 reunião da **Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle**; e, às 10h, audiência pública da **Comissão de Educação, Cultura e Esporte**. Às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Assuntos Econômicos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Vaqueiros acompanham, das galerias do Plenário, sessão do Senado que reconheceu os direitos trabalhistas da profissão

As imagens que marcaram 2013

O Senado inaugura hoje a exposição 100 Fotos de 2013 — o dia a dia no Senado Federal. A mostra, terceira edição do Projeto 100 Fotos do Ano, reúne uma seleção com imagens marcantes produzidas pelos fotógrafos da Secretaria de Comunicação Social da Casa no ano de 2013. Os registros fazem parte da cobertura diária da Agência Senado.

Organizada pela Coordenação de Fotografia, a exposição procura mostrar os principais temas discutidos no ano, além de ações institucionais do Senado. Entre as fotos selecionadas, está a da posse do atual presidente da Casa, Renan Calheiros, e as de sessões de

grande repercussão, como a da promulgação da PEC das Domésticas (PEC 66/2012), a da aprovação do projeto que qualifica corrupção como crime hediondo (PLS 204/2011) e a da aprovação da PEC do Voto Aberto para cassação de mandatos e análise de vetos (PEC 43/2013).

Algumas dessas votações foram respostas às manifestações populares ocorridas em junho, nas quais a equipe do Senado também esteve presente.

Integram ainda a exposição imagens de sessões especiais, como a de comemoração dos 25 anos da Constituição e a solenidade de devolução

simbólica do mandato do ex-presidente João Goulart.

“Para além do seu valor estético, as 100 imagens do Senado em 2013 constituem registro relevante para a história brasileira. E a história, como se sabe, não se cansa de nos dar lições” afirma Renan na apresentação do catálogo da exposição.

As imagens estarão no hall de acesso à Ala Tancredo Neves, até 31 de março. Os interessados também poderão ver pela internet as fotos da exposição e de exibições dos anos anteriores.

Acesse a galeria: <http://bit.ly/100imagens2013>

Educação básica pode ser tema de plebiscito

Proposta em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça prevê submeter ao voto popular a decisão sobre pôr a educação básica como atribuição da esfera federal

A DECISÃO SOBRE a federalização da educação básica poderá ser submetida a voto popular por meio de um plebiscito. É o que prevê o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 460/2013, que a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) pode analisar em reunião marcada para amanhã, às 10h. A proposta, do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), estava na pauta da reunião do dia 26, mas houve um pedido de vista coletiva.

É a seguinte a pergunta proposta para o plebiscito: a educação básica pública e gratuita deve passar a ser da responsabilidade do governo federal? Esse questionamento poderá ser feito ao eleitorado simultaneamente ao primeiro turno das eleições de 2014. A iniciativa é vista com simpatia pelo relator, senador Pedro Taques (PDT-MT), que defende a aprovação. “A presente proposta é positiva e corajosa, pois permite que os cidadãos opinem diretamente sobre tema tão relevante e que impacta diretamente a vida de todos os brasileiros”, avaliou Taques.

O projeto prevê a realização do plebiscito em 5 de outubro de 2014, com as eleições para



Eleitores poderão ter chance de opinar sobre a proposta que passa a educação básica para a alçada do governo federal

a Presidência da República, os governos estaduais e os Legislativos estadual e federal.

Revolução

Na justificativa, Cristovam faz referência aos resultados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) de 2012. O exame — que avalia o desempenho dos alunos em leitura, ciências e matemática — apontou o Brasil em 55º lugar entre os 65 países pesquisados, demonstrando, segundo o senador, “a situação vergonhosa

da nossa educação básica”.

“A continuar nesse ritmo”, acrescenta ele, “o Brasil está duplamente condenado: a ficar para trás no cenário mundial — com todas as consequências de uma economia atrasada científica e tecnologicamente — e a ter sua sociedade dividida entre educados e não educados.”

“Se não realizarmos uma revolução na educação brasileira, o país continuará com seu futuro comprometido por falta de uma população com educação básica de elevada

qualidade”, completa Cristovam Buarque.

Ele cita como exemplo a Coreia do Sul, que investiu na melhoria da educação e obteve notável avanço econômico, social e tecnológico. Cristovam lembra que há 40 anos aquela nação tinha uma renda per capita que era metade da brasileira e hoje são os brasileiros que possuem uma renda per capita que corresponde a aproximadamente a metade da renda per capita sul-coreana.

Cristovam Buarque acredita



Cristovam quer promover “salto para o mundo do conhecimento” do país

que a federalização da educação básica vai levar o Brasil “a dar o salto para o mundo do conhecimento”. Também deverá permitir, conforme observou na justificativa do projeto, “a resolução de problemas centrais atribuídos à educação básica, como ineficiência, péssima qualidade e distorções em seu acesso”.

Se a proposta for aprovada, o presidente do Congresso Nacional deverá informar o fato ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Caberá ao TSE orientar a realização do plebiscito e garantir a veiculação gratuita nos meios de comunicação das campanhas de partidos e de frentes suprapartidárias civis relacionadas à matéria.

Grupo pretende simplificar ortografia da língua portuguesa

O prazo para a implantação definitiva do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em 1990 e promulgado em 2008, foi ampliado até 2016. As novas regras devem valer para Brasil, Portugal e mais seis países de língua portuguesa.

A Comissão de Educação do Senado (CE) criou, no ano passado, um grupo de trabalho técnico (GTT) para simplificar e aperfeiçoar a ortografia. A intenção é definir um idioma claro e acessível. O GTT reúne o Centro de Estudos Linguísticos da Língua Portuguesa

(Cellp), a Academia de Letras de Brasília (ALB) e o site Simplificando a Ortografia. Até o fim do semestre, professores e estudantes podem discutir as alterações pelo site <http://simplificandoaortografia.com>, por meio de sugestões e relatórios. As propostas serão escolhidas no Seminário Internacional Linguístico-Ortográfico da Língua Portuguesa, em setembro. Os governos dos oito países terão, então, cerca de um ano para decidir o que simplificar.

— Não queremos gerar prejuízos ao processo pedagógico

atual, em relação àqueles que já conhecem a nova ortografia — disse Carlos André Nunes, vice-presidente do Cellp.

Brasil e Portugal têm datas definidas para a instalação das novas regras, mas Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste resistem a tornar as mudanças obrigatórias.

— Não há um só professor, uma única autoridade, um único cidadão capaz de dizer: eu entendo e sei aplicar as novas regras — afirma o presidente do Cellp, Ernani Pimentel.



Grupo de trabalho recebe sugestões pelo site Simplificando a Ortografia

Debate interativo sobre obras para a Copa

A situação das obras para a Copa do Mundo estará em debate hoje, às 10h, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). A audiência vai contar com a presença do presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (Sinaenco), José Roberto Bernasconi; do pesquisador da Universidade de São Paulo (USP) Lamartine da Costa; e do diretor do Portal da Copa 2014, Rodrigo Prada.

Representantes do Tribunal de Contas da União (TCU) estarão no debate para mostrar relatórios sobre a situação de

obras em estádios, estradas e aeroportos. A audiência vai contar com participação popular, por meio dos canais de comunicação do Senado.

Segundo Alvaro Dias (PSDB-PR), o Brasil ainda tem desafios a serem superados.

— Obras atrasadas, acidentes em estádios, confusão nos aeroportos, infraestrutura precária, caos na segurança pública e na saúde. Todas essas áreas têm importância fundamental na realização de um evento mundial como a Copa — disse.

Ruben Figueiró: Bolsa Família deve ser política de Estado

Ruben Figueiró (PSDB-MS) defendeu ontem proposta de Aécio Neves (PSDB-MG) que insere o Programa Bolsa Família na Lei Orgânica de Assistência Social



Pedro Franco/Agência Senado

de brasileiros e só custa o equivalente a 0,5% do produto interno bruto, cerca de R\$ 24 bilhões.

Ruben Figueiró disse acreditar que, se aprovado, o PLS 458/2013 acabará com boatos, como o divulgado no ano passado, de que o Bolsa Família seria extinto. Na ocasião, a falsa informação causou tumulto entre os beneficiários, que procuraram as lotéricas e a Caixa Econômica Federal para sacar o benefício.

de brasileiros e só custa o equivalente a 0,5% do produto interno bruto, cerca de R\$ 24 bilhões.

Ruben Figueiró disse acreditar que, se aprovado, o PLS 458/2013 acabará com boatos, como o divulgado no ano passado, de que o Bolsa Família seria extinto. Na ocasião, a falsa informação causou tumulto entre os beneficiários, que procuraram as lotéricas e a Caixa Econômica Federal para sacar o benefício.

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 10h

▶ Tempo real: http://bit.ly/audienciaCopaAS	▶ Tempo real: http://bit.ly/audienciaCopaEC
▶ Portal Alô Senado: www.senado.leg.br/alosenado	▶ Portal e-Cidadania: www.senado.leg.br/ecidadania
▶ Facebook: alosenado	▶ Facebook: eCidadaniaSF
▶ Twitter: @AloSenado	▶ Twitter: #e_cidadania #CESenado #Copa2014
▶ Alô Senado: 0800 612211	▶ TV: www.senado.leg.br/TV
▶ Taquigrafia: http://bit.ly/notasAudienciaCopa	

Com seminário e exposição fotográfica, Congresso debate melhoras no atendimento e formas de disseminar conhecimento para evitar que o diagnóstico não exista nem seja tardio. Política nacional em vigor há um mês é bem recebida, mas alguns trechos são alvo de críticas

A doença é rara, mas o cuidado não pode ser

Marcio Maturana

O TÍTULO DESTA página ilustra bem o sentimento dos 13 milhões de brasileiros que têm uma das cerca de 7 mil doenças raras catalogadas pela medicina. São palavras que foram ditas pela fisioterapeuta Alessandra Dorça no dia 26, durante o seminário Juntos Cuidaremos Melhor, na Câmara dos Deputados, do qual participaram os senadores Ana Amélia (PP-RS), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Rodrigo Rollemberg (PSB-DF). No Senado, a exposição fotográfica *Eu Luto pela Vida* apresentou retratos e depoimentos de mais de 30 pessoas com doenças raras, incluindo a atriz Cláudia Rodrigues. Todos reivindicam, principalmente, mais cuidado.

Como o diagnóstico é difícil, demorado e nem sempre chega a ser feito, o total de atingidos é estimado com base em uma média da Organização Mundial da Saúde: 65 a cada 100 mil indivíduos (1,3 a cada 2 mil). Boa parte dos médicos não sabe identificar as doenças raras e apenas 3% delas têm tratamento, restando a opção de tratar os sintomas. Há entre 6 mil e 8 mil tipos, sendo que 80% têm origem genética e apresentam sintomas parecidos com outras enfermidades menos graves, o que dificulta a identificação.



O ministro Garibaldi, os deputados Romário e Mara Gabrilli e representante do Ministério da Saúde, Fogolin, ouvem a senadora Ana Amélia falar sobre projetos de lei voltados para pessoas com doenças raras

— Além de algumas doenças serem descobertas, outras “so-mem”. Acontece que, quando a pesquisa se aprofunda, descobre que duas ou mais doenças são na verdade uma só — explicou a médica genetista Dafne Horowitz, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no Rio de Janeiro.

Quando há remédios, não são baratos, já que são produzidos para pouquíssimos pacientes. Custa mais de R\$ 16 mil, por

exemplo, o frasco suficiente para uma semana do medicamento Elapraxe, usado para retardar efeitos da mucopolissacaridose tipo 2. Boa parte das famílias recorre à Justiça. Segundo o Ministério da Saúde, 86% dos gastos da pasta em 2012 com remédios comprados por determinação judicial foram para pessoas com doenças raras.

A principal discussão no seminário, no entanto, foi a Política

Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, em vigor desde 12 de fevereiro, conforme a Portaria 199 do Ministério da Saúde. Devem ser investidos R\$ 130 milhões na organização de uma rede de atendimento gratuito para doenças raras, e o Sistema Único de Saúde (SUS) terá 20 procedimentos de diagnóstico, incluindo aconselhamento genético (orientação com investigação por questionários,

exames físicos e psicológicos e elaboração das hipóteses diagnósticas). Doentes, famílias e associações comemoram a portaria, mas fazem ressalvas. — A gente não tinha nada, agora tem essa portaria. É um avanço muito importante, mas apenas o primeiro passo. Precisa ser implementada e melhorada — afirmou Rogério Lima, diretor da Associação MariaVitoria (Amavi), entidade que apoiou o

deputado federal Romário (PSBR) na realização do seminário. Pai de Maria Vitória, que tem 8 anos de idade e em 2010 foi diagnosticada com neurofibromatose, Rogério fundou a Amavi um ano depois. Ele afirma que o principal objetivo é lidar com o cuidado e acredita que a falta de informação é pior que a falta de tratamento. Os remédios, diz ele, são apenas parte do cuidado, que deve ser o foco principal,



Exames laboratoriais de diagnóstico serão oferecidos pelo SUS, segundo novas normas

como acontece para os portadores da síndrome de Down.

A crítica mais forte à Portaria 199 refere-se à parte sobre aconselhamento genético, já que o texto define essa atividade como privativa do médico geneticista. No seminário, a deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP) anunciou que naquele dia estava protocolando um projeto de decreto legislativo para sustar os efeitos dessa parte do documento. Ela adverte que existem apenas 160 médicos geneticistas no Brasil, enquanto seriam excluídos centenas de profissionais de saúde (biólogos, biomédicos etc) que muitas vezes já vinham fazendo aconselhamento genético há décadas. Mara, assim como boa parte dos pacientes e suas famílias, reivindica que a portaria amplie o quadro profissional.

O coordenador de Média e Alta Complexidade do Ministério da Saúde, José Eduardo Fogolin, representou o ministro Arthur Chioro no seminário e disse que haverá encontros com os gestores municipais e estaduais para explicar a nova política. O ministro da Previdência e senador licenciado Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) também participou do evento. Eles assistiram à coreografia de Karolína Cordeiro e do filho dela Pedro, 7 anos, com diagnóstico de Síndrome de Aicardi-Goutières. Tetraplégico, o menino não fala, mas abre sorrisos capazes de serem vistos por todos em um grande auditório quando a mãe dança com ele ao som de *Como é Grande o Meu Amor por Você*, como fez no seminário.

Fotos contam histórias de vitória e superação

Eduardo Próspero, 23 anos, é uma das 36 pessoas que foram apresentadas na exposição fotográfica *Eu Luto pela Vida*, que ficou em cartaz no Senado de 17 a 28 de fevereiro. Devido à mucopolissacaridose (MPS), doença degenerativa causada por deficiência de enzimas, ele perdeu a visão, sofreu patologias em células, tecidos e órgãos e teve o crescimento prejudicado. Em 2012, formou-se em Direito pela FIG-Unimesp, em Guarulhos (SP).

— Escolhi o Direito para poder questionar nossa situação e ajudar outras pessoas nessas questões de doenças raras. Deficiência não é sinônimo de incapacidade — disse.

Para fazer a faculdade, Eduardo conta que teve o apoio de colegas de turma, professores e da mãe, Regina. Há 13 anos, ela fundou a Associação Paulista de Mucopolissacaridoses e Doenças Raras (AMPS), que organizou a exposição no Senado. Seu primeiro filho morreu aos 6 anos com MPS, e um médico alertou para o risco



Ao lado da foto do filho, Regina lembra a trajetória da associação que fundou

de uma nova gravidez. Mas ela já estava grávida de Eduardo. — Quando Eduardo tinha 2 anos, um médico confirmou que ele tinha MPS e disse que ele estava condenado à morte na primeira infância. Mas ele foi brigando e vivendo. Descobrimos um medicamento experimental nos Estados Unidos em 2003 e participamos da pesquisa. Já estava cego, surdo e com mobilidade reduzida.

Mas muita coisa reverteu.

A atriz Cláudia Rodrigues, famosa pelo seriado *A Diarista*, da Rede Globo, também participou da exposição. Ela tem esclerose múltipla, diagnosticada desde 2000, e precisou interromper as gravações na TV, em 2009, porque teve um surto. — A Globo achou melhor parar. Por mim, eu continuava. Tomei a medicação e tudo está sob controle. Depois que tive

alta, fiz teatro e gravei para o *Zorra Total* — disse a atriz.

Foi também em 2000, com 18 anos, que Ana Paula Veríssimo Florezi teve sua primeira crise de esclerose sistêmica. Mas o diagnóstico só foi obtido sete anos depois. Nessa doença sem cura, o sistema imunológico ataca os tecidos do próprio organismo. A mãe, Ana Veríssimo, contou a história ao lado da foto da filha na exposição.

— Os médicos fizeram tratamento como se fosse lúpus e outras doenças. Enquanto isso, a esclerose sistêmica avançava. Muitas vezes a família acaba sabendo mais do que o profissional de saúde, que chega a dizer: “Eu ouvi vagamente sobre isso na faculdade”. Os exames são de alto custo e as medicações são extremamente caras. Minha filha não pode fazer esforço físico — explica.

Ana espera que eventos como o seminário e a exposição ajudem a divulgar as doenças raras para que o conhecimento mais amplo permita tratamento ou reabilitação a tempo.

Projetos tentam melhorar a qualidade de vida

A portaria do Ministério da Saúde, obtida sob pressão de pacientes e famílias que conseguiram um grupo de trabalho para participar da elaboração do documento, acabou sendo publicada antes que virassem leis vários projetos que tramitam no Senado e na Câmara com a intenção de melhorar a qualidade de vida de quem sofre com doenças raras. Em alguns casos, as propostas coincidem

com a portaria. Em outros, complementam-na. Romário lamenta que a tramitação no Congresso não seja mais rápida. — Eu mesmo tenho um projeto, o PL 4.411/2012, que elimina a burocracia de importação de mercadorias para pesquisa científica e tecnológica, o que contribuiria para o tratamento de doenças raras no Brasil.

Dois projetos de senadores propõem justamente a criação

de uma política nacional para pessoas com doenças raras, que foi implementada pela portaria. Um deles — o PLS 711/2011, de Suplicy — está na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O outro, o PLS 530/2013, de Vital do Rêgo (PMDB-PB), tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). — A Portaria 199 em grande parte atende ao que eu propus. Estamos vendo um avanço significativo — disse Suplicy.

Suplicy também é autor de duas propostas já aprovadas pelo Senado, que estão na Câmara: o PL 6.566/2013, que cria o Fundo Nacional de Pesquisa para Doenças Raras e Negligenciadas, e o PLS 159/2011, que institui o Dia Nacional das Doenças Raras no último dia de fevereiro.

Também já está na Câmara projeto (PL 3.086/2012) de Ana Amélia que acaba com a carência para o auxílio-doença e para a aposentadoria por invalidez de quem sofre com esclerose lateral amiotrófica e com hepatopatia grave. Proposta semelhante (PLS 319/2013), de Paulo Paim



Cláudia Rodrigues recebe apoio de Suplicy, autor de três projetos sobre doenças raras

Procedimentos no SUS

O Anexo 3 da Portaria 199 lista 20 procedimentos — sendo 15 exames de genética — para diagnóstico de doenças raras, relacionando a especialidade do profissional de saúde

- ▶ **Avaliação clínica para diagnóstico de doenças raras (anomalias congênitas ou de manifestação tardia):** consiste na avaliação clínica por médico especialista e investigação laboratorial referente ao eixo de doenças raras genéticas que cursam com anomalias congênitas ou de manifestações tardias.
- ▶ **Avaliação clínica para diagnóstico de doenças raras (deficiência intelectual):** consiste na avaliação clínica por médico especialista e investigação laboratorial referente ao eixo de doenças raras genéticas que cursam com deficiência intelectual.
- ▶ **Avaliação clínica para diagnóstico de doenças raras (erros inatos do metabolismo):** consiste na avaliação clínica por médico especialista e investigação laboratorial referente ao eixo de doenças raras genéticas que cursam com erros inatos do metabolismo.
- ▶ **Aconselhamento genético:** procedimento realizado por médico geneticista que inclui o estabelecimento do diagnóstico específico, a transmissão das informações relativas à etiologia, à evolução, ao prognóstico, ao risco de recorrência, às estratégias de tratamento e prevenção, além de recomendações para acompanhamento e elaboração de relatório final a ser entregue ao consultante.
- ▶ **Focalização isoeletrônica da transferrina:** consiste em teste, pelo método de isoeletrificação, para detecção de todos os subtipos de defeitos congênitos da glicosilação tipo 1. O agravo é decorrente da deficiência, ou ausência, de carboidratos, secundária à secreção de glicoproteínas, especialmente transferrina sérica, devido à atividade enzimática anormal da fosfomanotase. **Exame de genética.**
- ▶ **Análise de DNA pela técnica de Southern Blot:** consiste na extração de DNA, digestão com enzimas de restrição específicas, separação dos fragmentos em gel de agarose, transferência para membrana seguida de hibridação com uma ou mais sondas específicas, para detecção de uma determinada sequência e seu tamanho, ou determinação de sua ausência. **Exame de genética.**
- ▶ **Análise de DNA por MLPA:** consiste na extração de DNA, seguida da hibridação do DNA genômico a uma mistura de sondas específicas para cada uma de diversas regiões estudadas simultaneamente, com amplificação dos produtos de ligação pela técnica de reação em cadeia de polimerase, utilizando um par de primers universal. A visualização dessas amplificações pode ser feita por eletroforese capilar e a análise por programas específicos de genotipagem. A técnica permite detectar deleções e duplicações de genes. **Exame de genética.**
- ▶ **Identificação de mutação/rearranjos por PCR, PCR sensível a metilação, qPCR e qPCR sensível a metilação:** consiste na extração de DNA, seguida da amplificação da sequência de DNA de interesse por primers específicos, através da ação da enzima DNA polimerase, com visualização em gel após eletroforese (PCR clássico), ou diretamente pela dinâmica da reação de PCR (qPCR), podendo ser antecedida por tratamentos prévios que permitam verificação do estado de metilação (PCR sensível a metilação e qPCR sensível a metilação). **Exame de genética.**
- ▶ **O FISH em metáfase ou núcleo interfásico, por doença:** técnica usada para verificar a presença ou ausência, o número de cópias e a localização cromossômica de uma sequência de DNA específica tanto nos cromossomos em metáfase quanto nas células em interfase. **Exame de genética.**
- ▶ **Identificação de alteração cromossômica submicroscópica por Array-CGH:** consiste na extração de DNA, seguida da hibridação genômica comparativa com milhares de sequências de DNA arranjadas em uma base (array) para detecção de variação no número de cópias de sequências de DNA (perdas ou ganhos de material cromossômico). **Exame de genética.**
- ▶ **Identificação de mutação por sequenciamento por amplicon:** até 500 pares de bases: extração de DNA seguido do sequenciamento bidirecional pelo método de Sanger de uma sequência de até 500 pares de bases. O método identifica mutações pontuais, deleções e duplicações de bases. **Exame de genética.**
- ▶ **Identificação de glicosaminoglicanos urinários por cromatografia em camada delgada, eletroforese e dosagem quantitativa:** detecção de glicosaminoglicanos na urina de pacientes suspeitos de mucopolissacaridoses, erro inato do metabolismo, qualitativamente através de cromatografia de camada delgada, eletroforese ou quantitativamente, através de espectrofotometria. **Exame de genética.**
- ▶ **Identificação de oligossacarídeos e sialossacarídeos por cromatografia (camada delgada):** separação de oligossacarídeos e sialossacarídeos em cromatografia de camada delgada, com identificação de suas bandas para diagnóstico de erros inatos do metabolismo que acumulam esses metabólitos. **Exame de genética.**
- ▶ **Dosagem quantitativa de carnitina, perfil de acilcarnitinas:** identificação e quantificação, através da espectrometria de massa, de carnitina e acilcarnitinas em sangue para auxílio diagnóstico em acidemias orgânicas, defeitos de beta-oxidação de ácidos graxos e doenças do metabolismo energético. **Exame de genética.**
- ▶ **Dosagem quantitativa de aminoácidos:** consiste na identificação e quantificação dos aminoácidos em sangue ou urina, através de cromatografia gasosa, cromatografia líquida de alta performance (HPLC) ou espectrometria de massa para diagnóstico de aminoacidopatias. **Exame de genética.**
- ▶ **Dosagem quantitativa de ácidos orgânicos:** consiste na identificação e quantificação de ácidos orgânicos, por cromatografia gasosa acoplada a espectrometria de massa, para auxílio diagnóstico em acidemias orgânicas. **Exame de genética.**
- ▶ **Ensaio enzimático no plasma e leucócitos para diagnóstico de erros inatos do metabolismo:** consiste de análise bioquímica realizada em coleta em sangue total para medida da atividade enzimática em plasma, leucócitos ou tecido (fibroblasto, tecido hepático, medula óssea etc.) A ser cultivado em meios específicos para o seu crescimento. As técnicas utilizadas são geralmente bioquímicas, fluorimétricas, espectrofotométricas, colorimétricas e outras técnicas usualmente utilizadas em análises bioquímicas usuais. **Exame de genética.**
- ▶ **Ensaio enzimático em eritrócitos para diagnóstico de erros inatos do metabolismo:** consiste de análise bioquímica realizada em coleta em sangue total, separando-se os eritrócitos. A técnica utilizada é, geralmente, fluorimétrica, podendo ainda ser espectrofotométrica ou colorimétrica. Auxilia no diagnóstico de galactosemia, podendo-se dosar tanto a galactose-1-fosfato, quanto a galactose total, além de fazer o ensaio bioquímico para análise da atividade enzimática da galactose-1-fosfato uridil transferase. **Exame de genética.**
- ▶ **Ensaio enzimático em tecido cultivado para diagnóstico de erros inatos do metabolismo:** análise bioquímica em tecido cultivado, preferencialmente fibroblasto, coletado através de uma biópsia de pele e cultivado em meios específicos para o seu crescimento. As técnicas utilizadas são geralmente fluorimétricas, espectrofotométricas ou outras técnicas usualmente utilizadas em análises bioquímicas usuais. É útil para o diagnóstico de doenças lisossômicas. **Exame de genética.**
- ▶ **Identificação de glicídios urinários por cromatografia:** consiste na análise de glicídios urinários por cromatografia (camada delgada).

Saiba mais

- Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras**
<http://bit.ly/Portaria199>
- Livro grátis Doenças Raras de A a Z, na Apple Store**
<http://bit.ly/AppleDoencasRaras>
- Associação Paulista de Mucopolissacaridoses e Doenças Raras**
www.apmps.org.br
- Associação MariaVitoria**
www.amavi.org
- Vídeo com trecho da coreografia de Karolína Cordeiro e o filho Pedro, 7 anos, no seminário**
<http://bit.ly/VideoCoreografia>
- Veja esta e outras edições de Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania**

Representantes da categoria e especialistas ouvidos pela CDH consideram a proposta, que tramita em regime de urgência, um retrocesso

Projeto ameaça conquistas dos caminhoneiros, dizem debatedores

PARTICIPANTES DE AUDIÊNCIA pública promovida ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) consideram o PL 5.943/2013, que tramita em regime de urgência na Câmara dos Deputados, uma ameaça aos avanços conquistados pelos motoristas profissionais com a Lei 12.619/2012, que regulamentou a atividade.

Paulo Douglas Almeida de Moraes, procurador do Trabalho em Mato Grosso do Sul, afirmou que, entre outros problemas, o projeto abre caminho para que a jornada de trabalho do motorista volte a ser indeterminada. Além disso, o tempo de espera para carga ou descarga

Há autônomos que discordam da legislação

Luís Antônio Festino, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres, reconheceu que existe uma “minoria” de motoristas autônomos entre os que questionam a lei. Esses, assinalou, contam com “suporte do agronegócio”. Ele ainda criticou a falta de empenho do governo para que a lei seja de fato implementada e afirmou que, em reuniões no Palácio do Planalto, um ministro chegou a dizer que “algumas leis pegam, outras não”.

Para Festino, há um “jogo” dos adversários da lei para fazer crer que o texto tramitou sem o devido debate no Congresso.

O representante dos motoristas observou, no entanto, que as condições de trabalho desses profissionais são discutidas há mais de 50 anos, por meio de diferentes projetos para a regulamentação da atividade.



Representantes de sindicatos, do Ministério Público e da Justiça do Trabalho participam da reunião presidida por Paim

poderá ser contado como tempo de descanso, sem direito a qualquer compensação. Ele argumenta que uma das mais importantes mudanças trazidas pela Lei 12.619 foi a definição do descanso de 30 minutos a cada 4 horas de direção, além de repouso diário de 11 horas a cada 24 horas trabalhadas, podendo ser dividido em duas pausas (de 9 e de 2 horas).

De acordo com o procurador, pesquisas mostram que um quarto dos motoristas já segue o novo regime de trabalho. Além disso, afirmou, houve redução da participação relativa dos caminhoneiros em acidentes, o que permitiu que pelo menos 1.500 vidas fossem poupadas desde a vigência da lei.

— Esse projeto não apenas pede a revogação da lei como também legitima o sistema anterior de trabalho, que vinha matando nas estradas — afirmou.

Paulo Douglas disse ainda que o projeto é apoiado principalmente pela bancada ruralista da Câmara e que tudo está sendo feito para que o texto possa ser aprovado, enviado ao Senado e daí para a sanção presidencial até maio.

Dialógo

O senador Paulo Paim (PT-RS), que presidiu a audiência, destacou que o texto resultou de amplo acordo entre as entidades que representam os motoristas e empresários de transportes. A seu ver, foram uma surpresa os 19 vetos da

presidente Dilma Rousseff e as controvérsias surgidas desde então. Apesar disso, o senador acredita na retomada do diálogo para o aperfeiçoamento da legislação.

— Ajustar a lei para beneficiar a todos, tudo bem; para revogar a lei, isso não tem espaço aqui no Congresso — avaliou.

Segundo o presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, Flavio Allegretti de Campos Cooper, em processos examinados pelo tribunal foi possível comprovar jornadas contínuas de 11 a 18 horas, a seu ver “humanamente impossível”. Ele defende mudanças, mas por meio do Estatuto do Motorista, proposto por Paim e em tramitação no Senado (PLS 271/2008).

Governo não fez as paradas obrigatórias

O presidente da Federação dos Transportadores Autônomos de Cargas, Vantuir José Rodrigues, admite negociações sobre a jornada de trabalho. Ao lado de outros debatedores, ele cobrou urgência na aplicação de outros pontos da lei, como a construção das paradas para descanso dos motoristas. Segundo ele, hoje os profissionais são obrigados a pagar até R\$ 30 por paradas de oito horas nos postos de gasolina, já que não é mais possível fazer ponto em recuos das estradas, por conta dos assaltos.

O secretário da entidade, Esmeraldo Barbosa, propôs a retomada da aposentadoria especial, além de apresentar uma longa lista de reivindicações, a começar pelo pedido de uma linha especial de crédito para a renovação da frota. Segundo ele, hoje a idade média dos veículos é de 23 anos, o que resulta em elevados custos ambientais e maior risco de acidentes.

Na opinião do presidente da Federação dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado de São Paulo, Val-

dir de Souza Pestana, o mais importante é ter um valor de frete que dispense o autônomo de fazer horas extras para sobreviver. Além disso, Pestana entende que o debate principal — a seu ver, a falta de condições logísticas para o escoamento da produção — foi esquecido.

— O país está bombando [a produção], mas não tem caminhão para carregar a safra e motorista tem que ficar 30 horas no Porto de Santos, com a soja coberta ou mesmo apodrecendo no pé — reclamou.

Paim espera para amanhã decisão final do STF sobre Aerus

Paulo Paim (PT-RS) espera que o Supremo Tribunal Federal dê decisão final e favorável à ação que beneficia os aposentados e beneficiários do Aerus, o fundo de pensão da antiga Varig. Os problemas do fundo começaram nos anos 80 e foram agravados pela crise das empresas aéreas, planos econômicos e aplicações irregulares de recursos.

Segundo Paim, a Varig ofereceu como garantia de pagamento os recursos que resultarem da ação judicial, que pede indenização pelas perdas decorrentes do congelamento do preço das passagens aéreas pelos planos econômicos da década de 90. O processo está há 21 anos na Justiça e poderá ser julgado amanhã pelo Supremo.

Gim: transferência de permissões de uso a herdeiros será votada

Gim (PTB-DF) anunciou que será analisado amanhã pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) projeto que garante que cônjuges, filhos ou pais herdem permissões de uso de espaço público para pequenos negócios, como banca de jornal, quiosque, trailer ou estande de feira, após a morte ou doença incapacitante do dono do negócio (PLS 137/2013).

Gim lembrou que a proposta é similar à que beneficiou herdeiros de taxistas.

— Estou comunicando a todos que amanhã receberemos a visita de alguns feirantes daqui de Brasília, donos de banca de jornal, donos de quiosque e trailer. A matéria já está pautada — afirmou.



Pedro França / Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Correção abaixo da inflação já gerou defasagem de 61,42%, segundo cálculos da OAB; Ana Amélia aponta prejuízos para os trabalhadores

Tabela do Imposto de Renda pode ser corrigida com base na inflação

A RECEITA FEDERAL começou a receber na quinta-feira as declarações do Imposto de Renda Pessoa Física do ano-base 2013. Com prazo de entrega até 30 de abril, devem declarar as pessoas que receberam, no ano passado, rendimentos superiores a R\$ 25.661,70. Até o final de 2013, estava isento do pagamento do IR quem ganhava até R\$ 1.710,78 por mês. Em janeiro, houve um reajuste na tabela do imposto, e a isenção passou a ser para os que recebem até R\$ 1.787,77 mensais.

Os índices de variação da tabela até 2014 são determinados pela Lei 12.469/2011. No entanto, segundo a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o reajuste não acompanha a inflação. Cálculos da OAB mostram que de 1996 a 2013 a inflação oficial (IPCA) foi de 206%, enquanto a correção atingiu 89%. A defasagem seria de 61,42%. O último reajuste foi de 4,5%, enquanto a inflação, de acordo com os números oficiais do IBGE, chegou a 5,91%.

A senadora Ana Amélia (PP-RS) apresentou em fevereiro um projeto para que, a partir de 2015, a tabela do Imposto de Renda seja corrigida com

base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulada no ano anterior. O PLS 2/2014 será examinado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Ana Amélia argumenta que a inflação, apesar de controlada, ainda existe, e quando a tabela do Imposto de Renda não acompanha a alta de preços, o prejuízo aos trabalhadores é inevitável.

— Você acaba comprometendo o poder aquisitivo. A correção da tabela é uma luta das centrais sindicais e é o que estou tentando também

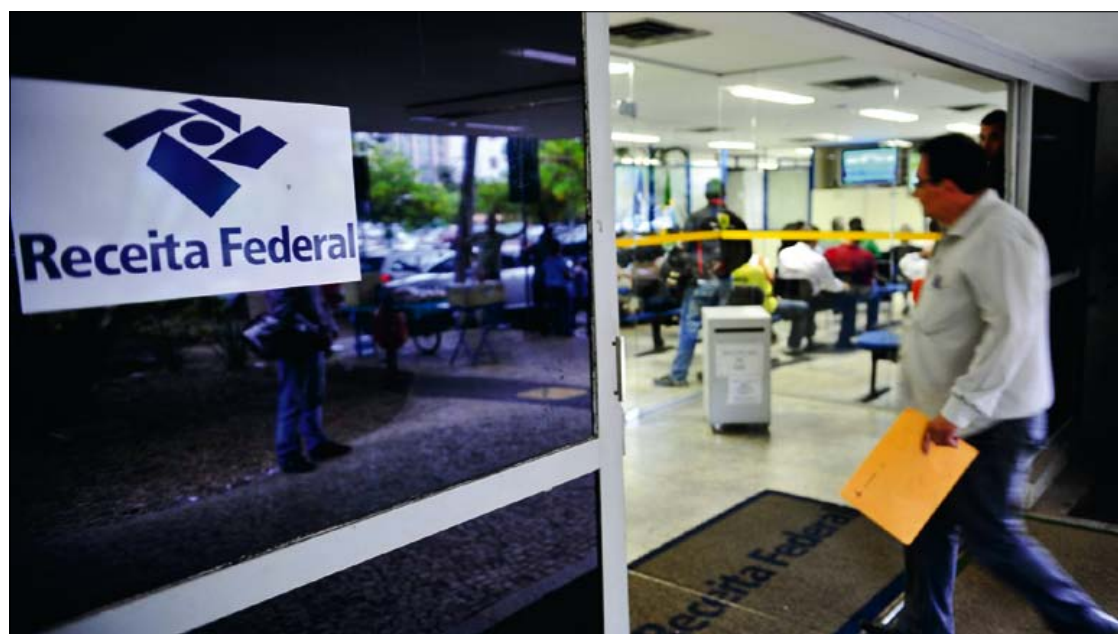
através do projeto de lei — disse a senadora.

Idosos

Outros projetos em análise no Senado tratam do Imposto de Renda Pessoa Física. Proposta apresentada pelo senador Waldemir Moka (PMDB-MS) permite que os gastos com os cuidadores domiciliares de idosos possam ser deduzidos do cálculo do tributo. Na justificativa do projeto (PLS 57/2014), Moka argumenta que os custos com esses profissionais desequilibram o orçamento familiar.

“Em grande parte das situações, o idoso tem necessidade de cuidados durante 24 horas por dia, 7 dias por semana”, justifica.

Uma proposta apresentada pelo senador Fernando Collor (PTB-AL) isenta do Imposto de Renda valores recebidos a título de seguro-desemprego, auxílio-natalidade, auxílio-doença, auxílio-funeral e auxílio-acidente (PLS 478/2013). Ficaria igualmente isento o salário do servidor público licenciado para o tratamento de doenças graves, como o câncer.



Segundo números da Receita Federal, a arrecadação em janeiro teve alta de 15,34% em relação a igual período do ano passado

Comissão analisa proposta de ajuda a microempresas

A redução do ônus tributário para microempresas e a isenção de pedágio para veículos conduzidos por pessoas com deficiência estão hoje na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A primeira proposta (PLS 323/2010 — Complementar) veda a substituição tributária e o regime de antecipação do recolhimento de imposto nas operações realizadas por empresas optantes pelo Simples Nacional. Emenda do relator, Armando Monteiro (PTB-PE), mantém no sistema de substituição tributária as operações relativas a combustíveis, cigarros, bebidas alcoólicas, refrigerantes, energia elétrica, eletroeletrônicos e veículos automotivos. O segundo projeto (PLS 452/2012), de Ana Amélia (PP-RS), condiciona a isenção do pedágio ao princípio da preservação do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão de rodovias. Lúcia Vânia (PSDB-GO) apresentou emenda que remete ao Poder Executivo o regulamento dos termos de concessão do benefício.

A CAE também deve votar autorização de empréstimo de US\$ 8,5 milhões para o Paraná, via BID, para financiamento parcial do Programa de Gestão Fiscal do estado (Profisco/PR).



Armando Monteiro/Agência Senado

Fundo de pensão poderá deixar de devolver superávit

Os fundos de pensão podem ficar isentos da obrigação de restituir parte de seus superávits às patrocinadoras (empresas, entidades públicas ou de classe que fundam o plano de previdência e contribuem para a formação das reservas). Uma sugestão de decreto legislativo para sustar dispositivos da portaria do antigo Conselho de Gestão da Previdência Complementar que permite a devolução (Resolução CGPC 26/2008) está na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Encaminhada ao Senado pela União Nacional das Associações de Participantes das Entidades Fechadas de Previdência Privada (Unidas), a sugestão (SUG 4/2012) foi examinada por Ricardo Ferraço (PMDB-ES). O relator sugeriu aprimoramentos na proposta, focando a suspensão apenas dos dois artigos da portaria que tratam da hipótese de devolução do superávit. Ferraço acolheu ainda pedido da Unidas para que o tema seja debatido em audiência na CDH, com a participação de representantes do governo, inclusive da atual Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

Se o relatório for aprovado, o projeto será formalmente registrado no Senado e tramitará como iniciativa da CDH.



Ricardo Ferraço/Agência Senado

Contas do governo na pauta da Comissão de Orçamentos

Foi convocada para hoje, às 14h30, reunião ordinária da Comissão Mista de Orçamento (CMO), com nove itens na pauta de votações. Deputados e senadores poderão apreciar as prestações de contas dos dois primeiros anos da gestão da presidente Dilma Rousseff.

O deputado Lourival Mendes (PTdoB-MA) apresentou voto favorável à aprovação da prestação de contas da presidente referente ao ano de 2011. Já o senador Acir Gurgacz (PDT-RO) apresentou voto favorável, porém com ressalvas, à aprovação da prestação de contas referente ao exercício de 2012.

A CMO também poderá votar as prestações de contas dos dois últimos anos de gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2009 e 2010).

A comissão apreciará requerimento do deputado Danilo Forte (PMDB-CE) para convocação do ministro das Cidades, Aguinaldo Ribeiro, a fim de esclarecer os critérios de “realização dos empenhos referentes às emendas parlamentares”.

Em outros dois requerimentos, o deputado Domingos Sávio (PSDB-MG) solicita a convocação da ministra do Planejamento, Miriam Belchior, para esclarecer a autorização de contratação sem licitação da Geap — Autogestão em Saúde, e convida representantes do Tribunal de Contas da União e da Geap para debaterem o mesmo assunto.



Antonio Carlos Rodrigues/Agência Senado

Rodrigues questiona lotação de delegados fora de investigações

O senador Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) lamentou ontem o aumento da violência em São Paulo e questionou as autoridades do estado por permitirem que delegados estejam lotados em setores burocráticos e não naqueles ligados à investigação de crimes.

Segundo o senador, a violência no estado aumentou em todos os setores e não poupa ninguém. Os mais humildes, observou, sofrem com os assaltos nas paradas de ônibus enquanto esperam o transporte para ir até o trabalho.

Ao mesmo tempo, nas regiões mais ricas, os assaltantes promovem arrastões nos comércios e em prédios residenciais, acrescentou, ao lembrar que, mesmo com as ações do governo, os índices de violência aumentaram no ano passado quando comparados aos de 2012.

Gleisi Hoffmann defende solução pacífica para Ucrânia

A crise política instalada na Ucrânia foi comentada por Gleisi Hoffmann (PT-PR). A senadora disse que a nação está dividida: na parte oeste, a população fala ucraniano e é pró-Occidente; ao sul e ao leste, o idioma é o russo e a posição é favorável à Rússia.

Gleisi lembrou os laços do Brasil com os dois povos e acrescentou que, com os ucranianos, essa ligação começou há 120 anos, com a chegada de imigrantes daquela região. Hoje, disse, há cerca de 500 mil ucranianos no Brasil e, desse total, 80% vivem no Paraná.

— Antes de qualquer interesse econômico, religioso, político, está a vida. Muitas famílias, nesse caso, são compostas por membros de ambas nacionalidades, ucranianos e russos. Evitar a guerra a qualquer custo deve ser a principal meta de todos — disse.



Gleisi Hoffmann/Agência Senado

Nárciso Mello



Baixo nível dos reservatórios de hidrelétricas levou ao acionamento das usinas térmicas, que são mais caras e poluentes

Audiência aborda situação da energia elétrica no Brasil

Senadores poderão debater com dirigentes do setor a adequação da oferta de energia e a necessidade de racionamento. Consultores do Senado apontam aproveitamento inadequado do potencial hidrelétrico

A SITUAÇÃO ENERGÉTICA no país será tema de audiência pública da Comissão de Infraestrutura (CI) amanhã.

No início de fevereiro, um apagão atingiu 12 estados e o Distrito Federal, gerando graves transtornos e preocupações para os brasileiros. O problema, aliado à seca que afetou o nível dos reservatórios, levou ao acionamento das usinas térmicas, que são mais caras e poluentes.

Para conter os aumentos na conta de energia, o governo reservou R\$ 9 bilhões no Orçamento da União, mas, segundo os especialistas do setor, seriam necessários de R\$ 18 bilhões a R\$ 22 bilhões para aumentar a oferta de energia.

O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, tem afirmado que é suficiente a capacidade de 126 mil megawatts instalada do Brasil e descarta a hipótese de racionamento. No entanto, o Operador Nacional do Sistema (ONS) indicou que os custos de energia ultrapassaram o patamar inicial de risco e, de acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o ideal seria racionar o fornecimento em 5%.

Um estudo dos consultores do Senado Marcio Tancredi e Omar Alves Abbud demonstra que, embora o Brasil seja um dos países mais privilegiados do mundo em fontes de geração de energia elétrica, como a hídrica, sua exploração é

inadequada. O resultado disso é o acionamento das térmicas sempre que o nível dos reservatórios atinge estado crítico.

Para debater o assunto, foram convidados o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann; o presidente da Empresa de Pesquisa Energética, Mauricio Tolmasquim; o presidente do Operador Nacional do Sistema Elétrico, Hermes Chipp; o presidente do Conselho de Administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, Luiz Eduardo Barata Ferreira; e o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales. O requerimento da audiência é de Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

Ministro da Integração fala sobre transposição de águas

O ministro da Integração Nacional, Francisco Teixeira, participa amanhã de audiência na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) sobre as obras de revitalização e transposição do Rio São Francisco e sobre os açudes da Região Nordeste.

A reunião faz parte de um ciclo de debates da CDR. A segunda audiência, com data ainda a ser definida, deve

contar com a presença do diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu Guillo.

Segundo o presidente da CDR, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), a necessidade de revitalização do São Francisco ocorre, entre outras razões, pelo fato de várias comunidades ribeirinhas não contarem com tratamento de esgoto, lançando dejetos no rio.

Licença ambiental de instalação poderá ser obrigatória em edital

Projeto de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) que inclui a licença ambiental de instalação entre os documentos que devem constar de edital para licitação de obra pública está na pauta de hoje da Comissão de Meio Ambiente (CMA). Pela lei em vigor, a licença de instalação deve ser obtida pela empresa vencedora da licitação como condição para

o início das obras do projeto.

Segundo Aloysio, a facilidade de concessão de licenças ambientais prévias e a deficiência dos projetos básicos resultam, com frequência, na paralisação de obras já licitadas por problemas na obtenção da licença de instalação. O relator é Acir Gurgacz (PDT-RO). Da CMA, a proposta segue para a CCJ.

Vanessa Grazziotin participa de encontro internacional sobre legislação para o clima

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) participou, em 27 e 28 de fevereiro, da 2ª Cúpula de Legislação Climática em Washington (EUA), que reuniu parlamentares de 50 países para discutir meios de avançar na implementação de leis climáticas em 66 nações.



Pedro França/Agência Senado

Durante o encontro, Vanessa, que preside a Comissão Mista de Mudanças Climáticas (CMMC) do Congresso Nacional, expôs os progressos que o Brasil alcançou nessa área, o que garante hoje ao país ter uma das legislações mais completas do mundo.

Enchente é a pior em 47 anos, diz Valdir Raupp

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) voltou a pedir ajuda federal para amenizar os efeitos das cheias em Rondônia, onde a chuva deve continuar por mais dez dias.



Pedro França/Agência Senado

O senador relatou que há cerca de 10 mil pessoas desabrigadas na capital e perto de mil na cidade de Nova Mamoré. Além disso, há prejuízos na economia e a produção agropecuária está se perdendo.

Segundo Raupp, há 47 anos, desde que o Rio Madeira começou a ser medido, não se via uma enchente assim:

— Em 1982, houve uma grande enchente; em 1997, houve outra grande enchente, em que as águas chegaram à marca dos 17 metros e 53 centímetros. Mas, agora, elas já estão mais de 2 metros acima disso — afirmou.

Raupp relatou seu encontro com a presidente Dilma Rousseff ontem, quando ficou agendada uma reunião com o governador de Rondônia, Confúcio Moura, e prefeitos de municípios atingidos pelas águas.

Gurgacz pede recursos para vítimas da cheia

O senador Acir Gurgacz (PDT-RO) fez um apelo ontem ao Ministério da Integração Nacional para que agilize o reconhecimento da situação de calamidade pública em Rondônia, devido às fortes chuvas que atingem a região nas últimas semanas.



Pedro França/Agência Senado

Ele salientou que o reconhecimento do estado de calamidade pública pelo governo federal é importante para viabilizar a liberação de recursos da ordem de R\$ 16 milhões, necessários para cobrir os prejuízos causados pela enchente, sobretudo nas cidades de Porto Velho, Guajará-Mirim e Nova Mamoré.

Acir Gurgacz fez ainda um convite à presidente da República, Dilma Rousseff, para que visite a região e possa verificar as dimensões dos estragos causados pelas chuvas. Ele também pediu ao Ministério da Pesca e Aquicultura a prorrogação por mais dois meses do pagamento do seguro-defeso para os pescadores de Rondônia.

Anibal destaca sucesso de projeto de piscicultura

O senador Anibal Diniz (PT-AC) destacou em Plenário ontem a implantação do Programa Integrado de Piscicultura, um projeto produtivo desenvolvido pelo governo do Acre para fortalecer a economia do estado.



Pedro França/Agência Senado

De acordo com Anibal, para realizar esse programa, o governo canalizou recursos para investimentos diretos na expansão da produção primária. E ficou a cargo da iniciativa privada a concepção e execução de um arranjo institucional capaz de concretizar a cadeia produtiva como um todo, sob o viés da industrialização.

— O grande desafio era tornar a piscicultura uma atividade econômica rentável, incluindo produtores em um processo de contínuo desenvolvimento tecnológico e aumento da produtividade. Para isso, foi necessária uma solução principalmente para a demanda por insumos produtivos e a falta de integração entre produção primária e produção industrial — explicou.

Rolleberg apela por preservação da Embrapa

O senador Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) pediu ontem ao governo federal que intervenha junto ao governo do Distrito Federal para evitar que parte da Embrapa Cerrados seja desalojada do local onde funciona e faz pesquisa há 30 anos.



Pedro França/Agência Senado

Ele explicou que o governo do Distrito Federal quer retirar a empresa do local para construir ali um conjunto habitacional, apesar de haver outras áreas que poderiam ser usadas para a construção das moradias. Segundo Rolleberg, o desalojamento da Embrapa Cerrados causará prejuízos às pesquisas.

— Conclamamos a comunidade científica brasileira a apelar ao governo federal para que determine ao GDF [governo do DF] que identifique outra área. Nós somos favoráveis a que haja expansão dos programas habitacionais, mas não concordamos que seja exatamente na área da Embrapa Cerrados — discursou.